

ANPOCS **b i b**
Revista Brasileira de Informação
em Ciências Sociais

3

Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências*

Luiz Werneck Vianna**

Para a elaboração dessa resenha,[^] nossa opção foi a de selecionarmos alguns autores e trabalhos representativos de tendências ou escolas de interpretação que se fizeram dominantes em algum momento na história da produção do nosso objeto de estudo. Havia que distinguir desde logo os trabalhos não-universitários, constantes em materiais memorialísticos e/ou descritivos e numa vasta ensaística em revistas e jornais — muitas vezes se identificando com uma literatura política no sentido estrito — dos universitários. Independentemente de critérios de qualidade, preferimos abordar estes últimos, dado a dificuldade de pesquisa do material dos primeiros. E sobretudo porque, de uma certa forma, contém os outros.

Os estudos universitários sobre o movimento sindical e operário se iniciam com as pesquisas de Azis Simão, Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Albertino Rodrigues, entre outros. Uma das características que informam essas

* Resenha publicada no BIB n. 3.

** Luiz Werneck Vianna, Professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. É autor de *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976; e *Classe Operária e Abertura*, São Paulo, Ed. Cerifa, 1983.

1. Outras resenhas e bibliografias são encontradas em Rodrigues e Munhoz (1974), Brandi (1977), Las Casas (1969), Rodrigues (1971), Erickson *et alii* (1972). Podem ser encontradas abundantes informações bibliográficas ao final dos livros dos seguintes autores: Erickson (1971), Harding (1973), Dulles (1977).

investigações consiste no modo quase acrítico com que incorporam como suposto para suas análises as interpretações contidas em relatos memorialísticos, escritos ou não, de alguns importantes personagens que viveram a experiência sindical e operária na Primeira República. Assim com Edgar Leuenroth, Everardo Dias, Antônio Piccarolo. Apesar do valor documental intrínseco nesses relatos brilhantes em mais de um momento na interpretação de processos que estiveram presentes na formação da classe operária e do sindicalismo, eles nos têm legado mais questões e desafios do que um sistema articulado de ideias. Tome-se como exemplo o insatisfatório nível das reflexões existentes sobre temas como imigração e ideologia anarquista, tenentismo e sindicalismo, relações do Partido Comunista com a Aliança Liberal, a posição desse partido em 30 e o papel desempenhado pela intervenção operária na ANL, em 1935.

Em muitos casos tem-se verificado que os projetos de estudo já começam definidos sobre temas que, longe de terem uma interpretação consagrada, deveriam ser objeto de minuciosas e cuidadosas investigações. Noção que aparece como fortemente estabelecida é a da perda nos anos 20, por parte da classe operária da sua autonomia, espontaneidade e ímpeto revolucionário, apesar de ter iniciado nessa fase a ocupação de um espaço próprio na arena política e organização sindical em moldes modernos.

Outra característica foi a de se ter inclinado por um enfoque "sociológico", na tentativa de apreensão de algo que à época se entendia — e não só na Universidade — como determinantes estruturais do comportamento operário. Procurava-se centrar os estudos no isolamento e identificação de variáveis como origem da força de trabalho, grandeza do exército industrial de reserva, sobrevivências patrimonialistas no mundo fabril etc.

No pós-1964, quando o pensamento nas ciências sociais experimentou uma crise de identidade semelhante a que sucedeu ao desmonte da ordem oligárquica da Primeira República, a própria Universidade promoverá a crítica dessa interpretação. Nesses novos estudos não se sentirá a mesma melancólica nostalgia, nutrida quanto ao proletariado dos anos 10 e 20, em relação ao das décadas seguintes. O tom se faz duramente crítico, para assinalar a responsabilidade política do movimento operário e sindical na dissolução da ordem liberal em 1964. O enfoque descola do nível da explicação sociológica — que afinal desculpava seu "atraso" — passando por uma radical politização. As causas da fraqueza organizacional e política da classe operária — curiosamente nisso reside a preocupação ge-

neralizada nos meios académicos — deveriam ser buscadas nos elementos conscientes da sua ação, explicitada no campo organizado da política. Os desvios constatados nesse plano é que qualificariam melhor as debilidades observadas.

Muda também o momento a ser privilegiado para a investigação. Ao contrário da corrente "sociológica" que parte dos "gloriosos anos 10" para elucidar e tornar evidente a transição para um sindicalismo burocrático e acomodado, precisamente quando se altera a composição social da classe operária e a natureza do processo de industrialização, a "política" se inicia em 1964, visando isolar o "erro" no seu ponto de maturação máxima, e a seguir, retrospectivamente, procurar suas circunstâncias de origem que vai localizar num pacto populista celebrado no imediato pós-30.

Embora essa contribuição contenha elementos altamente discutíveis, do ponto de vista da construção do objeto de estudo, cumpriu, assim como a corrente que criticou, a relevante função de aproximar a investigação da verdadeira complexidade nela inscrita. Mas, se os partidos políticos, o Estado, a ideologia — às vezes até com principalidade — o sistema de orientação estratégico-tático do partido operário, ganhavam direito de plena cidadania nos estudos académicos sobre classe operária, aí faziam seu ingresso como partidos políticos em abstrato. Estado em abstrato etc, em razão de passarem ao largo da discussão sobre a forma de imposição do modo de produção capitalista no país.

Recorde-se que a produção e o pensamento universitários, ainda antes de se encerrarem os anos 60, se encontravam sob a hegemonia da interpretação económica cepalina. Em sociologia e em ciência política dominavam os trabalhos de Gini Germani, sociólogo italiano de formação parsoniana então radicado na Argentina. Essas duas concepções da realidade latino-americana, embora não claramente integradas, foram entendidas como convergentes e, nessa condição, se fizeram largamente aceitas contra vozes isoladas. Weber nos chegava após uma dupla mediação, a de Parsons e a de Germani, enquanto Marx alcançava o circuito académico no interior da economia neoclássica. Durante certo tempo, houve empenho para se formular propostas de integração teórica entre o que se denominava de sociologia do consenso com a do conflito, e fenómeno idêntico ocorreu *mutatis mutandis* na área da economia. A tal falta de rigor sucedeu uma série de estudos sobre o sindicalismo, cujas hipóteses se vinculavam ao campo intelectual do marxismo — ou ao que se entendia

por tal —, mas que se procuravam verificar recorrendo-se ao instrumental da sociologia funcionalista, concebido, como se sabe, para um contexto teórico de outra natureza.

A repercussão mais importante desse caos metodológico foi a de se perder a perspectiva do estudo e da pesquisa dos modos singulares da formação e expansão do modo de produção capitalista na América Latina, para, na observação de Francisco de Oliveira (1972), obscurecermos essa realidade num falacioso "modo de produção subdesenvolvido". Assim o tema crucial contido no conceito de exército industrial de reserva mal se deixava perceber por detrás das vagas e imprecisas categorias, "terciarização" da economia e da marginalidade, esta última extraída da psicologia social para dar conta do fenómeno população na América Latina subdesenvolvida; a via prussiana de desenvolvimento capitalista, a partir de um compromisso entre as frações burguesas agrárias e industriais, era escamoteada em nome de um dualismo, numa multiplicidade de tendências nem sempre conscientes, que opunha o moderno ao tradicional.

Do ponto de vista dos estudos sobre o sindicalismo e a classe operária, daí resultava um enfoque que desconsiderava, ou até negava, o papel e as funções para a acumulação capitalista das instituições criadas pelo Estado para regular o mercado de trabalho, inclusive seu próprio formato corporativo. As relações entre o Estado e a sociedade, tema nobre nas investigações académicas, visualizavam predominantemente a natureza dos vínculos entre aquela agência de poder e as classes economicamente dominantes na literatura, os empresários.

Ao se abordar a sofisticada e complexa questão da autonomia do político, formalmente expressa na década de 30 através da imposição da ordem corporativa, debatia-se a legislação como neutra em relação à acumulação. A razão da montagem do sistema corporativo se prenderia a motivos exclusivamente políticos, não só para se estabelecerem, no interior do Estado e sob sua mediação, canais de transação para os interesses burgueses em conflito, como para submeter a classe operária, cuja movimentação diante da debilidade do pacto entre as classes dominantes era vista como potencialmente perigosa (Rowland, 1974).

Doutra parte, nos trabalhos mais próximos da ortodoxia weberiana, como o de R. Faoro, cuja influência num certo momento foi dominante em alguns cursos de pós-graduação, a investigação da oposição entre o Estado e a sociedade civil se manteve limitada à determinação de variáveis de natureza cultu-

ralista. Tratava-se de perceber as condições de surgimento do "ethos" autoritário, da formação do Estado patrimonial, expressão-síntese de uma ideologia de Estado que ciclicamente encontraria realização em nossa história. O tema do corporativismo aparece desfocado, dissociado da implementação do industrialismo e da expansão do capital, compreendido como mera manifestação de tendências latentes da herança patrimonialista.

Nesse contexto, a história do Estado brasileiro se traduz nas disputas entre elites económicas aspirantes à representação política *versus* elites burocráticas. Com isso, perdem-se os fundamentos reais da separação entre o Estado e a sociedade, fugindo-se da análise do papel dessa instituição na expansão do capitalismo e da violência política como forma de acumulação primitiva.

Enquanto nosso objeto de estudo esteve prisioneiro dessas limitações, constituiu-se apenas numa sociologia particular, de estatuto académico mal definido, com poucos iniciados em sua história e teoria, sequer atingindo o *status* de uma sociologia industrial, como entre os americanos. Não obstante, sua recente inscrição como tema necessário do estudo das relações entre o Estado e a sociedade, em particular dos que vêm trabalhando essa questão no objetivo de explicitar a singularidade na formação e desenvolvimento do capitalismo, elevou sua importância e o número de pesquisadores que se dedicam a ele tem crescido significativamente. Essa súbita mudança no interesse da Universidade e da sociedade tem deixado a nu a escassez da literatura disponível e as lacunas existentes, que, onde couber, mencionaremos nas páginas seguintes. A seguir, resenhamos algum material sem preocupação cronológica que nos pareceu relevante para ilustrar o desenvolvimento dos estudos nessas duas últimas décadas, na tentativa de caracterizar o que designamos como etapas na produção desse objeto específico de indagação, e de identificar os momentos de corte ou de transformação do seu campo intelectual.

A interpretação sociológica

A explicação de matriz sociológica encontra talvez sua versão mais consistente em Juarez Brandão Lopes, que inclusive incorpora a contribuição dos autores clássicos em sociologia industrial ou do trabalho, como W. L. Warner e W. F. White e outros. Em seu "O ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação", marco importante na ensaística sobre o assunto, a questão inicial consiste numa indagação feita

no interior do universo desse ramo da sociologia: "Fundamentalmente, a motivação do trabalho é a mesma em todas as sociedades: a satisfação de necessidades e desejos, a auto-estima, o reconhecimento social etc. As formas concretas, porém, em que esses motivos básicos se expressam, depende da sociedade e, por conseguinte, variam" (Lopes, 1971: 24).

O objetivo, contudo, de procurar as determinações do porquê da variação — função da estrutura social, na acepção parsoniana —, força o alargamento do seu campo de observação que avança da sociologia industrial para o que, com alguma impropriedade, podemos qualificar de sociologia geral aplicada. Não importa tanto a investigação do sistema de motivação no trabalho numa unidade fabril, mas compreendê-lo em sua generalidade no momento de trânsito de uma "economia tradicional" para uma "economia de mercado", conforme a tipologia de Weber. Pretende-se tornar inteligível o comportamento operário a partir da decifração dos elementos componentes da estrutura social, empiricamente latentes e/ou manifestos na motivação operária, numa sociedade concreta em transição para o moderno. Supõe-se, portanto, uma sociologia independente da política, da movimentação das classes e do seu alinhamento em relação ao Estado.

A pesquisa foi realizada numa empresa de porte médio na cidade de São Paulo, utilizando-se as técnicas da entrevista e do questionário com seus empregados, compreendendo perguntas sobre local de nascimento (a cidade de São Paulo, interior de São Paulo e de outros Estados, Nordeste, países estrangeiros). As diferentes naturalidades e nacionalidades foram agrupadas pelas categorias funcionais existentes no pessoal ocupado: operários não-qualificados e semiqualificados, operários qualificados e mestres e técnicos.

A conclusão confirma a hipótese implícita na proposição da pesquisa, qual seja a de revelar a determinação estrutural entre origem e consciência de classe. Os trabalhadores originários da lavoura e do comércio de pequenas comunidades no interior, maioria dos que executam os serviços não-qualificados e semi-qualificados nas oficinas da fábrica "não se identificam imediata e completamente com a condição de operários industriais". (Lopes, 1971: 94). Desligados da estrutura tradicional que informava sua conduta, tenderiam a se comportar apenas de acordo com seus "interesses pessoais". Consequentemente não chegariam a explicitar a consciência da sua identidade como grupo, em razão da sua inexperiência com os padrões de cooperação predominantes no mundo urbano-industrial.

Doutro lado, os trabalhadores qualificados, apesar de terem "formação muitas vezes precárias e raramente descendam de pessoas que trabalharam em fábricas, já revelam um grau apreciável de ajustamento à indústria" (Lopes, 1971: 95). Demonstrariam satisfação com a profissão, apesar de serem, como seus colegas não-qualificados, pouco sensíveis e aptos para ações coletivas através do sindicato. Isso é explicado, no seu caso, por razões como "por sua situação vantajosa no mercado", pela "distância que os separa de outros operários" e pela "falta de tradição industrial" (Lopes, 1971: 95).

Uma década mais tarde, Leôncio Martins Rodrigues, numa pesquisa mais vasta e sofisticada sobre atitudes operárias numa indústria automobilística, reiterará no fundamental os procedimentos e as conclusões de J. Brandão Lopes: "As categorias operárias semiqualficadas e braçais tendem... a manifestar uma preocupação e uma sensibilidade muito aguçada pelo salário, tanto mais que efetivamente ocupam os níveis inferiores da escala de remuneração. Em contrapartida, os aspectos propriamente sócio-profissionais do trabalho e da condição operária ocupam segundo plano, ao contrário do que tende a ocorrer com os trabalhadores mais qualificados e dotados de certa autonomia profissional. O trabalho operário é encarado negativamente e as aspirações de passar a empregado de escritório ou de trabalhador por conta própria são sempre muito vigorosas. A rejeição da condição operária, ao mesmo tempo em que dificulta a integração na classe, impede a formação de uma visão do mundo 'obreirista' e a participação nas atividades das associações operárias. Do mesmo modo, os apelos ideológicos classistas têm pequeno efeito sobre esses grupos operários. Para os efetivos de migração recente, a empresa, o sindicato e a sociedade industrial são concebidos instrumentalmente, como meios a serem utilizados, sem com eles se identificarem e comprometerem emocional ou moralmente. No que tange ao sindicato, este é avaliado em termos das vantagens pessoais que pode oferecer, sem que o trabalhador entenda que a força da instituição depende de sua participação e esforços" (Rodrigues, 1970: 184).

Os trabalhos de Azis Simão, Leôncio Martins Rodrigues e Albertino Rodrigues, com suas óbvias dessemelhanças, guardam algo de comum entre si, compartilhando da mesma perspectiva de análise. Distinguem-se de J. Brandão Lopes sobretudo por não terem a fábrica como ponto de partida — salvo o estudo acima mencionado de L. M. Rodrigues, produzido numa fase em que esse autor já se convertera em conhecido especialista do tema — mas o sindicalismo — não os sindicatos concretos.

Para uma literatura que privilegia esse aspecto, as pesquisas empíricas sobre sindicato paradoxalmente são bastante recentes, e as teses de mestrado sobre o porto de Santos, de Ingrid Sarti (1973) e a de Anês Troyano (1977) sobre o sindicato dos químicos na cidade de São Paulo, se constituem em raros exemplares de boas monografias sobre o assunto.

O livro de Leôncio Martins Rodrigues *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*, provavelmente um dos mais bem realizados sobre o tema com o enfoque que denominamos de "sociológico", jargão já consagrado entre os especialistas, durante algum tempo ocupou lugar de destaque na bibliografia. Como A. Simão e A. Rodrigues, considera duas grandes fases na formação da classe operária brasileira, drasticamente separadas, antes e depois de 30, procurando associar a radical diferença entre a movimentação sindical notada em ambas às transformações ocorridas em sua composição social e no tipo de industrialização.

Na primeira fase, a classe operária era "formada de imigrantes italianos, espanhóis, portugueses, alemães etc, concentrada nos bairros operários da época, conservando as tradições culturais dos países de origem, e fortemente influenciada pelas ideologias anticapitalistas trazidas da Europa; na segunda, que se configura durante os anos 30, desprovida de experiência de vida na sociedade urbano-industrial, se incorpora no moderno sistema de produção fabril num momento em que se intensifica a entrada de capital estrangeiro e que este, além do setor de serviços, começa a se dirigir para o setor da produção de bens de consumo imediato, para a indústria leve" (Rodrigues, 1966: 11).

Quando se examina o problema da participação na sociedade inclusiva, sequer se cogita de que a ausência da classe operária na arena política, em vez de indicar vitalidade — como se sugere — poderia significar fraqueza. No plano empírico, ignoram-se as relações que manteve com o tenentismo, mais profundas do que as descritas usualmente, conforme mostra Everardo Dias (1977) no seu magnífico livro. Faz-se presente uma correlação — certamente espítria — entre purismo ideológico operário e absentismo político, surgindo a política como prática que se rebaixa o nível de autenticidade das manifestações operárias, obrigando-as a concessões, impedindo uma ação diretamente revolucionária contra o capitalismo.

A postura autenticamente operária, que parece ter pertencido a um tipo de proletariado que deixou de existir, sucedeu um sindicalismo burocrático agrupando novos contingentes de força

de trabalho para os quais o simples recrutamento ao universo urbano-industrial seria sentido como uma promoção social. Subestima-se o papel dsmobilizador e coercitivo do Estado, que aumenta de intensidade a partir dos inícios dos anos 20, agravando-se no período de Arthur Bernardes, que governou seu quadriênio com o estado de sítio, e passa a superior ordem de grandeza no pós-30, com todo o complexo de políticas que a nova ordem implementou para administrar a questão operária. "A debilidade", escreve L. M. Rodrigues, "*do sindicalismo Ijra-sileiro não é decorrência da intervenção do Estado nas associações operárias, mas ao contrário: a fraqueza do movimento operário é que permitiu ao Estado chamar a si a organização dos sindicatos*" (Rodrigues, 1966: 166, grifado por nós).

O aumento da urbanização, do exército industrial de reserva, a concorrência entre os trabalhadores por empregos escassos, a predominância do trabalhador de origem rural, o avanço da industrialização, exigindo em massa a integração ao parque fabril de um trabalhador não-qualificado ou semiqualiificado, essas as variáveis determinantes das alterações no plano da política e da consciência c|quanto à situação anterior. Como em J. Brandão Lopes, reserva à categoria "mundo tradicional" importante função explicativa; "Do ponto de vista do movimento operário, esta situação [refere-se à mudança na composição da classe] criou um vazio político e ideológico que beneficiou o populismo. Os trabalhadores que ingressam no sistema fabril, principalmente depois da segunda metade da década de 30, não terão contato com as ideologias socialistas, acentuando-se o abismo entre as velhas camadas de trabalhadores politizados e o novo proletariado de origem rural que saía da passividade política do mundo tradicional e que, orientado por um projeto de melhoria de suas condições de vida, não será atraído pelos temas habituais da propaganda anticapitalista" (Rodrigues, 1966; 172).

Essas conclusões obtidas através de uma "démarche" sociológica, quase demográfica, não se detém na análise da formação social concreta. Assim, não se inclui a classe operária e as demais classes em seu específico sistema de oposição no interior de um modo de produção capitalista, num estágio de desenvolvimento dado. Resulta que essas conclusões, pertinentes para uma primeira observação, são convertidas em dimensões exclusivas para se pensar não só o sindicalismo, como o próprio real-concreto. A rigor, essa sociologia pretende conter a análise política. O novo proletariado que teria perdido suas tradições revolucionárias, confundindo suas motivações com a "manutenção do ritmo da industrialização" (Rodrigues, 1966: 186) — processo

societal, função da concepção individualista que traz do mundo do tradicionalismo agrário —, se tornaria na massa de manobra do populismo. A intervenção na vida política através de temas como "desenvolvimento económico e reivindicações democráticas, que legitimam o direito de intervenção do proletariado na sociedade global" (Rodrigues, 1966: 191), assinalariam o toque de recolher para o marxismo no movimento operário substituído pelo nacionalismo.

Trabalhos recentes de Boris Fausto (1976, 1974), com apoio em sólido material empírico, embora sem desejarem enfrentar a polémica teórica, têm criticado certas generalizações apressadas sobre o proletariado da Primeira República, nas duas primeiras décadas do século, particularmente no que concerne à falaciosa pureza doutrinária do seu anarquismo. A reconstituição desse período tem demonstrado que o sindicalismo, na medida era que articulava com força crescente os interesses da classe, tendia a se afastar da praxis anarquista, formulando reivindicações ao Estado para regulamentar o mercado de trabalho — jornada de oito horas, seguro contra acidentes de trabalho e pensões de aposentadoria, amparo do menor e da mulher trabalhadora. Os trabalhos de Astrogildo Pereira (1962a, 1962b) sobre essa fase da vida operária se constituem ainda no melhor material para a reflexão e isolamento de hipóteses de estudo.

A interpretação política

Como acabamos de ver, a teoria do "atraso da classe operária brasileira" culminava na proposta de uma correlação entre o referido atraso e a emergência do fenómeno populista. Desde seus primeiros contatos com o tema, os estudos de F. Weffort se definiram alternativamente incluindo-o na área de indagações pertinentes à ciência política e introduzindo com força progressiva a crítica das variáveis ditas sociológicas. O reposicionamento dos termos do debate se tomou ainda mais incisivo quando se incorporou à análise um conjunto de conceitos e categorias originárias da teoria marxista, como o de estrutura, especialmente o de conjuntura, e das especiais e complexas relações que mantêm entre si.

O recorte da nova orientação, que fez rápida carreira universitária aqui e noutros centros latino-americanos, se iniciava pela relativização do valor da bibliografia estabelecida: "Há que registrar. . . o fato bastante conhecido do processo de formação da classe operária brasileira, ou melhor, do processo

de emergência das classes em geral numa sociedade como a brasileira, onde as tradições agrárias mantêm uma influência ainda muito forte. . . Parece-me inteiramente evidente que a análise histórica não pode ser reduzida ao jogo de supostos automatismos estruturais. Antes pelo contrário, a explicação histórica requer, em especial quando se trata de um movimento social, a análise das conjunturas nas quais o movimento social realiza suas opções. Não se trata de modo algum de uma tentativa de desqualificar a importância das condições estruturais, mas simplesmente de reconhecer que elas não se atualizam na história senão ao nível das conjunturas. E este portanto o único nível em que podem ser eficazes para a explicação histórica" (Weffort, 1973: 68).

Manifesta-se, pois, a intenção de projetar a discussão para dentro do campo intelectual do marxismo. As questões agudas agora deveriam ser o chamado grau de determinação das infra-estruturas sobre as supra-estruturas, a relativa autonomia destas, seu papel sobredeterminante, na linguagem de Althusser, a interpretação das teses de Marx sobre Feuerbach, a revolução teórica de Lênin, constante em suas críticas ao economicismo de fundo positivista da II Internacional e na sua valorização do papel da política e da subjetividade na transformação social.

Não obstante, o que veio a se entender por "estrutural" nas análises desse tipo não coincide com a acepção marxista. Toma-se como realidade abrangida pelo conceito apenas as variáveis explicativas de extração "sociológica", e não o sistema de contradições da formação econômico-social brasileira. O remanejamento da discussão, portanto, ao integrar a política como uma reação ao viés sociológico, o faz com um nível de indeterminação inaceitável, ao menos para aquela teoria.

Por outro lado, verifica-se uma confluência com as conclusões da corrente criticada sobre pontos cruciais. O que varia está no método da observação, no enfoque predominantemente político, na crítica à natureza parcial e fragmentária da explicação. Um exemplo disso se apresenta na comparação do sindicalismo a partir da década de 50 com o anterior a 30: "Por suas características burocráticas e da dependência ao Estado, ele é quase o oposto do movimento de minorias militantes daquela fase heróica do sindicalismo brasileiro" (Weffort, 1973: 69). Mas, ao contrário dela, não desvaloriza a intervenção da política nesse processo. "A ação desordenadora do Estado", ao lado da captação dos postos de liderança do Partido Comunista pela pequena burguesia nos meados dos anos 30 ("A

influência ideológica da pequena burguesia passa, desde então, a ocupar um lugar dominante do setor mais forte da esquerda" [Weffort, 1973: 70]), seriam outros fatores decisivos — além das alterações na composição social da classe operária etc. — para o resultado a que se chegou.

Especialmente em 45, no limiar da redemocratização do país, "uma destas encruzilhadas na história em que as orientações ideológicas e a capacidade de ação assumem uma importância decisiva" (Weffort, 1973: 70) se faria sentir o primado da intervenção política que, interpretando equivocadamente a conjuntura, provocou o que se supõe ter consistido no reforço da estrutura corporativa sindical através da aliança da esquerda operária com o movimento "queremista". Esta a proposição que fez escoja, motivando um número considerável de ensaios e trabalhos acadêmicos: "Pretendo sugerir que se a análise histórica do período anterior a 45 explica a ruptura existente no movimento operário e a perda de suas tradições, nem por isto se encontrava pré-determinado no após-guerra o rumo que o movimento operário deveria seguir. São as orientações vigentes em 1945/1946, retomadas e afirmadas em 1950/1954, que darão ao movimento operário as características que veio a possuir até 1964 como dependência do regime populista brasileiro" (Weffort, 1973: 71).

Outro problema existente nessa literatura — a par das questões teóricas já brevemente suscitadas — foi o da sua carência de suporte empírico sobre os largos períodos analisados, a rigor de 1943 a 1964. Não são avahados o grau e a amplitude da resistência operária ao Estado Novo, e nem seu sistema de alianças com outras forças então de compromisso liberal-democrático, os motivos de Vargas ao acionar a fração sindical que controlava para a movimentação "queremista", os debates e a composição na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, as greves reivindicatórias e sua conjuntura específica, para não se falar no funcionamento, nas décadas seguintes, da própria estrutura corporativa sindical que, numa certa fase, se mostrou impotente para controlar o movimento operário.

A polémica de Carlos Estevam Martins e Maria Hermínia de Almeida (s.d.) com F. Weffort, compreendida em três textos dos quais só o primeiro, da autoria deste último, foi publicado regularmente², "causa célebre" nos círculos univer-

2. O texto que motivou a polémica é Weffort (1973); a resposta está em Martins & Almeida (s.d.); a réplica de F. Weffort aparece em Weffort (s.d.).

sitários no começo desta década, sumariza brilhantemente o tipo de indagações e o próprio conhecimento obtido até então sobre nosso objeto. Examinaram-se temas como estatuto científico do conceito de conjuntura, de tática da vanguarda política da classe operária, condições da redemocratização de 1945, existência ou não de uma questão nacional e seus vínculos possíveis com a democrática, frequentemente apoiados — embora precariamente — em material empírico.

Retrospectivamente, o mérito maior dessa polémica foi talvez o de ter trazido à luz esse conjunto de problemas, questionando os próprios termos iniciais da discussão e forçando sua superação no interior de um marco teórico mais compreensivo e complexo. Quando C. E. Martins e M. H. de Almeida criticam "os que concebem a estrutura em sentido fraco" (isto é, com um grau de determinação baixo a nível da conjuntura, numa tradução da nem sempre precisa terminologia e conceitualização usada no debate por esses três autores), chamam a atenção do observador para os equívocos de uma análise voluntarista, e sobretudo enfadizam a necessidade de se estudar o sistema das contradições real-concretas no capitalismo brasileiro, como primeiro e impositivo passo para a compreensão da forma com que nele se inscreve o movimento operário e sindical. "Em resumo, a ideia de conjuntura só é pensável a partir da ideia de estrutura e *mediante* a ideia da contraditoriedade inerente à estrutura. Não é por outra razão que a ação política só aproveita ao máximo o que cada conjuntura oferece quando focaliza os pontos dinâmicos do sistema de contradições" (Martins & Almeida, s.d.; 8).

O debate estimulou duas grandes linhas de investigação, uma voltada para o período compreendido entre 1930-45, detendo-se especialmente nas condições de origem da legislação trabalhista e da estrutura corporativa sindical e do seu papel *vis-à-vis* à acumulação do capital. Pela lógica da nossa exposição examinaremos alguns dos seus resultados no tópico seguinte. Outra, para a fase em que o corporativismo sindical foi assimilado pelo liberalismo — 1945-1964.

As pesquisas sobre a Primeira República, antes dominantes entre os sociólogos especializados no sindicalismo, se vem convertendo em domínio de historiadores, que vêm reconstituindo o universo operário no período, como nos já mencionados trabalhos de Boris Fausto (1974, 1976), nos de Eulália Lobo (1971), sobre as condições de vida do proletariado carioca, de Michael Hall (1971), sobre imigração italiana, de Poster

Dulles (1977) sobre os anarquistas e os comunistas e a promissora investigação de Maria Cecília Cruz (s.d.) sobre instituições políticas que contaram com participação operária.

Assim como nos estudos sobre instituições trabalhistas se tem implícita ou explicitamente se proposto a redefinição do campo intelectual do nosso objeto, nos que se têm dedicado à fase 1945-1964 prevalecem os que se encaminham pela vertente preconizada por F. Weffort. Esse é o caso de Régis de Castro Andrade (1974), que estudando as greves ocorridas entre 1960 a 1964 procura comprovar que as de fundo político não foram, de um lado, capazes de motivar o proletariado dos setores dinâmicos da economia e, de outro, reforçaram a estrutura corporativista por significarem uma aliança com o Estado em torno do nacionalismo.

Sua hipótese é a de que os operários das grandes empresas modernas, especialmente em São Paulo, somente seriam mobilizáveis através de reivindicações econômicas. Dado que a politização sindical em torno da luta antiimperialista os aproximaria do Estado, somente a luta por salários colocaria a necessidade de se questionar a dominação corporativista imposta pelo Ministério do Trabalho. Essas afirmações parecem se chocar com a tese de Anês Troyano, já aludida, que, com base numa importante pesquisa sobre os trabalhadores químicos e farmacêuticos na cidade de São Paulo, demonstrou empiricamente que os sindicalistas de preocupação dita nacionalista eram os mais reivindicantes no plano econômico. Demonstrou ainda as inúmeras dificuldades criadas pela praxis empresarial das multinacionais que, entre outros artifícios, oferecem serviços alternativos aos do sindicato, rebaixando com isso o nível de sindicalização.

Ricardo Maranhão (1977) e Fábio Munhoz (1977) também se alinham com os estudos dessa orientação, pesquisando o primeiro a conjuntura dos anos 40 e o segundo a dos anos 50. J. Álvaro Moisés (1977) igualmente estuda o sindicalismo da década de 50, procurando acrescentar o tema da espontaneidade na ação operária e sua interação com a política do partido que representa os trabalhadores. Sua demonstração marcha em sintonia com os ensaios acima mencionados. Para ele, as comissões de empresa criadas na conjuntura que examina deveriam se constituir no veículo por onde a espontaneidade deveria se manifestar. Isso não teria ocorrido em razão de uma política equívoca dos comunistas, que, "ao invés de abrir caminho para a longa tarefa de construir a autonomia e independência da classe a que se propunham representar, serviu para

consolidar um aspecto fundamental das classes dominantes: aprofundar a subordinação da classe à estrutura sindical oficial" (Moisés, 1977: 29).

Classe operária e capitalismo

A contribuição mais significativa para o reposicionamento das questões que informavam nosso objeto veio de um território que até então era alheio ao seu, através do ensaio de Francisco de Oliveira (1972). Muitas das ideias e conceitos aí desenvolvidos não correspondiam ao pioneirismo que lhe foi atribuído, mas provavelmente nunca antes tinham sido articulados com a mesma propriedade, a que não veio faltar uma dose de rara intuição.

Sua intuição foi a de realizar uma revisão no pensamento econômico brasileiro a partir do novo Estado que se instituiu em 1930. Seu primeiro obstáculo consistia, pois, na quase consensual teoria do subdesenvolvimento que, consciente ou não, teria cumprido a função ideológica de desviar a atenção do verdadeiro problema para o pensar científico, qual seja o de estudar a formação do modo de produção capitalista no país. Com essa preocupação se afasta do ecletismo dominante sobre o significado de 1930, endossando as interpretações que nele reconheciam o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância industrial.

A exigência inicial de um enquadramento desse tipo impunha o enfrentamento da questão da constituição de um mercado interno. No interior de tal perspectiva é que vai recuperar para desenvolver a noção, antes consagrada na melhor tradição da ciência social brasileira, de que a constituição de um mercado interno pode ser objeto, além dos processos "naturais" resultantes das transformações no campo e outras, de uma política consciente do Estado para acelerar e regular sua formação — a chamada legislação trabalhista ("A esse respeito, a regulamentação das leis de relação entre o trabalho e o capital é um dos fatores mais importantes, se não o mais importante" [Oliveira, 1972: 10]).

Ostensivamente crítico do politicismo constante nos estudos sindicais observa: "A chamada legislação trabalhista tem sido estudada apenas do ponto de vista de sua estrutura formal corporativista, da organização dos trabalhadores e da sua possível tutela do Estado, e tem sido arriscada a hipótese de que

a fixação do salário-mínimo, por exemplo, teria sido uma medida artificial, sem relação com as condições concretas da oferta e demanda de trabalho" (Oliveira, 1972: 10).

O que importaria examinar estava principalmente no papel do conjunto dessas leis no que concerne à acumulação capitalista, sem prejuízo de outras preocupações. Ao contrário, as justificariam. A argumentação dos teóricos do populismo admitia, ao menos em parte e como fundamento de um pacto realizado entre o Estado e as classes subalternas das cidades, que a legislação resultara de uma outorga das elites dirigentes. Na alegação de muitos, que sem análise prévia aceitavam a ideia de que o salário-mínimo fora fixado por cima do valor dos salários no mercado, o simples fato da sua concessão parecia contestar todos os que pretendiam associar as leis sociais ao processo de acumulação.

A exposição de Francisco de Oliveira hoje é clássica e merece ser transcrita: "As interpretações assinaladas minimizaram o papel da legislação trabalhista no processo de acumulação que se instaura ou se acelera a partir de 30. Em primeiro lugar, é estranha a abstração que se faz do papel do Estado na própria criação do mercado: a que mercado se referem, quando dizem que os níveis do salário-mínimo foram ou são fixados acima do que se poderia esperar num 'mercado livre'? . . . Não esquecer que a legislação interpretou o salário-mínimo rigorosamente como 'salário de subsistência', isto é, de reprodução; os critérios de fixação do primeiro salário-mínimo levavam em conta as necessidades alimentares (em termos de calorias, proteínas etc.) para um padrão de trabalhador que devia enfrentar um certo tipo de produção, com um certo tipo de uso de força mecânica, comprometimento psíquico etc. Está-se pensando rigorosamente em termos de salário-mínimo como a quantidade de força de trabalho que o trabalhador poderia vender. . . Sem embargo, esses aspectos ainda não são os decisivos. O decisivo é que as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação. Para tanto, a população em geral, e especialmente a população que afluía às cidades, necessitava ser transformada em 'exército de reserva', adequado à reprodução do capital, era pertinente e necessária do ponto de vista do modo de acumulação que se iniciava ou que se buscava reforçar, por duas razões principais: de um lado, propiciava o horizonte médio para o cálculo económico empresarial, liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos fatores; de outro lado, a

legislação trabalhista *igualava reduzindo* — antes que incrementando — o preço da força de trabalho. Essa operação de *igualar pela base* reconvertia inclusive trabalhadores especializados à situação de não-qualificados, e impedia — ao contrário do que pensam muitos — a formação precoce de um mercado dual de força de trabalho" (Oliveira, 1972: 11, grifado no original).

Vistos sob o prisma da formação e expansão do capitalismo, os estudos sobre população passaram também a se incluir na bibliografia especializada. Reinterpretam-se fenômenos como "urbanização desacompanhada de industrialização", antes percebido como uma anomalia disfuncional para o trânsito do tradicional ao moderno. Assim os processos que eram designados por categorias como "inchação urbana", "terciarização da economia", "segmentos marginais da população", categorias essas que expressariam a síndrome especial do subdesenvolvimento e que, na verdade, instalavam na ensaística uma nova dualidade — setores integrados *versus* setores marginais — são orientados para o clássico contexto teórico da formação do mercado interno, no tema particular da constituição do exército industrial de reserva. E, por isso, funcionais e indispensáveis ao avanço da acumulação capitalista.

Amplia-se enormemente o continente dos estudos sindicais e operários, contendo agora uma preocupação demográfica. Lúcio Kowarick desenvolverá algumas possibilidades analíticas dessa colocação, opondo-se ao ecletismo de um J. Nun (s.d.) e de um A. Quijano (1970) à época fazendo escola nos centros universitários latino-americanos, que concebiam uma marginalidade absoluta para certos setores sociais. Como disse alguém, tais conclusões situavam esses setores na exótica situação de hordas bárbaras e miseráveis a rondarem uma nova Roma, composta de empresários, camadas médias e operários integrados no mundo moderno. Decorria daí que os papéis revolucionários para a transformação social tenderiam a se transferir para os segmentos marginais, como modo necessário para pôr um parágrafo na sua exclusão social.

Numa linha convergente, os trabalhos de F. H. Cardoso *et alii* (1973) e Paul Singer e Cardoso (1972) sobre urbanização e capitalismo abriram mais uma angulação para nosso objeto, cujo momento mais bem acabado se encontra talvez expresso em *São Paulo, 1975: crescimento e pobreza* (Camargo *et alii*, 1976) apesar dos fins despretensiosos para que foi elaborado. Nessa mesma área se acrescenta a ensaística dedicada

às relações entre "periferia" e classe operária, de que "A revolta dos suburbanos, ou 'Patrão o trem atrasou'", de J. Álvaro Moisés e Verena Martinez-Alier (1977) se constitui num exemplo. Inclui-se também a interessante pesquisa de método antropológico de Marie-Ghislaine Stoffels (1977) sobre a vida dos mendigos na cidade de São Paulo.

A série de investigações que examinam a natureza, funções e condições de imposição da legislação trabalhista no pós-30, como as de António Carlos Bernardo (1973), Vera Botta Ferrante (1973), Luiz Werneck Vianna (1976), tem como característica comum a tentativa do estabelecimento da sua associação com a história do capitalismo no país. Nesse sentido, acentuam que a história da classe operária não pode ser lida como uma livre construção sua, mas principalmente de como foi objeto do poder regulatório e repressivo do Estado. Com outro método, enfatizando mais a análise do sistema político, T. Harding (1973), K. Erickson (1971) e P. Schmitter (1971), visualizaram contexto semelhante a esse em seus importantes trabalhos sobre o tema.

Sublinham sobretudo que a ordem corporativa e mais tarde a conservação das instituições corporativas sindicais na época liberal corresponderam a uma prática intencional para a desmobilização dessa classe, numa intervenção sobre o mercado de trabalho cujos fins foram os de viabilizar, pelo recurso à violência-institucionalizada ou não — a acumulação primitiva do capital. Doutra parte, visaram integrá-la simbolicamente no sistema da ordem através da ideologia de colaboração entre as classes sociais e de uma falaciosa "outorga" da legislação trabalhista, ganha, na verdade, nos combates classistas das duas primeiras décadas do século.

É de se notar, como analisamos em nosso trabalho sobre o assunto, a dominância do seu caráter desmobilizador ao longo dos anos 30, cujo grau terminou por provocar uma baixa extraordinária no nível das sindicalizações. Tal fenómeno situou perigosamente a política oficial, dado que os sindicatos que controlava não exerciam controle sobre a massa dos assalariados. A criação do imposto sindical, nos inícios da década de 40, consistiu na tentativa de fortalecer materialmente os sindicatos, tornando-os de algum modo atraentes, a fim de lhes devolver um mínimo de capacidade integrativa, sem o que a própria dominação corporativa ameaçava falhar. Temia-se a emergência de uma organização paralela, possibilidade presente na medida em que os sindicatos oficiais não possuísem representação expressiva (Vianna, 1976).

No pós-45, a preservação do corporativismo no novo pacto liberal não deveria ser atribuída ao atrelamento do movimento sindical e operário à política nacional-estatista de Vargas e do PTB. Resistiu-se a ele fora e dentro da Constituinte, inclusive e principalmente os comunistas. Isso teria ficado manifesto nos debates e na votação sobre a constituição da Justiça do Trabalho, direito de greve e liberdade e autonomia sindicais, pontos sobre os quais os liberais se mantiveram ao menos em posição ambígua, permitindo que os preceitos constitucionais abrigassem uma certa indefinição. Essa vagueza — expressa, por exemplo, na ressalva de que o direito de greve dependeria de uma regulamentação legal posterior — tornou-se, durante todo o período liberal, no fundamento para a revitalização do corporativismo da CLT de 1943.

A investigação pertinente deveria se deslocar, portanto, para as circunstâncias em que ocorreu a redemocratização de 1945. É sabido, na nossa literatura jurídica e política, que o Estado Novo se fez preservar na ordem que o sucedeu, conservando o formato do seu mando no mundo agrário e no sindicalismo. Geralmente essa sobrevida é indicada pela criação do PSD e do PTB ainda na ordem estadonovista. Menos geralmente, todavia, se tem associado esta continuidade de forma à persistência da via de desenvolvimento capitalista que se impôs naquele período, a qual se exprimiu pela fórmula geral do caminho prussiano.

Os termos do amplo compromisso entre as frações burguesas agrária e industrial é que se teriam projetado por sobre a ordem liberal institucionalizada em 1946, implicando que a industrialização se compatibilizasse com o exclusivo agrário. Para a manutenção dessa via de desenvolvimento capitalista, fazia-se impositivo confirmar os traços essenciais do autoritarismo anterior, nas novas condições políticas do pós-guerra, negando-se o voto aos analfabetos, aos soldados e cabos, a inegibilidade dos praças em geral, a sobre-representação dos Estados atrasados no Poder Legislativo — na fórmula triunfante no art. 58 da Carta — e confiando-se o controle das classes subalternas dos campos ao sistema do coronelismo e a das cidades à estrutura corporativa sindical.

O que a realidade logo comprovaria, contudo, é que algo se faz diferente quando se institui a coexistência de um corporativismo sindical com uma ordem liberal. Na medida em que o sindicalismo e o movimento operário fortaleciam uma orientação autonomista, que se favorecia das garantias do cidadão devolvidas pelo liberalismo e pelo seu poder de barganha no pro-

cesso eleitoral, tendiam a se chocar contra o estatuto corporativista, ora criando entidades horizontais como o PUI, PUA, proibidas pela lei, ora realizando greves por fora do marco legal.

De outro lado, como observou J. Malloy, o sindicalismo de dominância autonomista se aproveitava das instituições corporativas, crescentemente debilitadas na sua capacidade de controlar o movimento operário, para penetrar dentro do aparato do Estado, tentando inverter a mão de direção para que tinham sido concebidas. "Característica básica do período (1945-1964) foi a anomalia de que enquanto o Estado crescia em termos formais, ele tornava-se cada vez mais fraco e incapaz de tomar sérias iniciativas em diversas áreas de políticas. Um efeito do período de Vargas foi uma estrutura de Estado internamente desarticulada; Vargas pode ter cooptado grupos como o sindical, mas esses grupos, por sua vez, capturavam partes específicas do aparato estatal de forma tal a bloquear quem não os favorecessem... O resultado foi um crescente imobilismo político, uma atuação econômica errática e uma crescente inflação" (Malloy, 1976).

Essa inversão, que subvertia as finalidades da CLT, e que tendia a se manifestar com maior intensidade na medida em que o sindicalismo recuperava sua autonomia real, foi mais um fator a obstar a realização institucional do capitalismo brasileiro, para usar uma expressão de F. de Oliveira, nos anos críticos de 1961 a 1964. Não corresponde aos fatos, pois confundia o processo complexo da movimentação operária dentro do aparato estatal com reforço da estrutura sindical. Outra questão, certamente ainda em aberto, é a de avaliar a correção dessas ações no sentido de imobilizar centros nervosos do Estado, inviabilizando uma solução capitalista para a crise, sem gozar hegemonia na sociedade para encaminhar uma solução alternativa.

É de O'Donnell uma sugestiva proposta para a pesquisa de como algumas instituições corporativistas se traduziram em obstáculos à expansão do capital na década de 60 (1976). Os estudos sobre a derrogação no pós-64 da lei da estabilidade, da comissão paritária do salário-mínimo, do poder normativo de uma justiça do trabalho com representação classista, têm permitido a constatação disso.

Examinando a substituição da lei da estabilidade pelo FGTS, Vera Botta Ferrante investiga essa mudança em função das necessidades de modernização do capitalismo: "Nesse projeto glo-

bal, os responsáveis pela política económica passam a sentir a exigência de substituir o insíuio da estabilidade, que expunha as empresas a riscos financeiros, por um sistema mais funcional, que aperfeiçoasse o desempenho das instituições existentes, sem causar manifestações críticas das categorias sociais inerentes ao modo de produção capitalista" (1973),

Mais recentemente, estudo preparado pelo DIEESE, com abundante material empírico, comprovou e mediu a extraordinária expansão da rotatividade dos assalariados urbanos, na indústria e nos serviços, após a vigência da lei do FGTS. Essa rotatividade foi associada a um mecanismo de expropriação da força de trabalho: "Através da facilidade criada pelo FGTS à livre dispensa da mão-de-obra, pode o empresário compor a política salarial da forma que lhe seja mais conveniente. Usará da dispensa por ocasião anterior ao dissídio coletivo, readmitindo o mesmo ou outros empregados por salário abaixo do estipulado no dissídio. . . Ainda, pode-se observar outra consequência importante do FGTS, qual seja o enfraquecimento sindical. A análise dos dados demonstra para o setor químico, por exemplo, que o aumento da taxa de sindicalização está diretamente ligado ao aumento do tempo de serviço dos trabalhadores no seu emprego" (1977).

Sobre esses mesmos aspectos, com destaque particular para as transformações operadas para a fixação do salário-mínimo e a supressão do poder normativo da Justiça do Trabalho, faz-se obrigatória a consulta a *Leis sociais e custo de mão-de-obra no Brasil*, de Roberto Santos, que aborda a um tempo os aspectos jurídicos e económicos da legislação trabalhista (1973). O mesmo quanto a *Encargos trabalhistas e absorção de mão-de-obra*, de Edmar Bacha *et alii*, e aos trabalhos de Hoffman, J. C. Duarte e A. Fishlow (1972) sobre distribuição de renda,

A redefinição do campo intelectual que hoje já orienta grande parte dos estudos desenvolvidos, não só tem alargado seu campo de indagações, como principalmente tem provocado que um mesmo tema seja enriquecido através da incidência de várias perspectivas. A linha de pesquisa há pouco começada sobre as relações entre saúde e capitalismo, apoiada por algumas Escolas de Higiene e de Saúde Pública e por centros isolados, criou um promissor campo interdisciplinar para especialistas em ciências sociais e médicos, que conduzem avançados programas de estudos na área.

Importância especial assumem seus estudos sobre a medicina do trabalho, a Previdência Social, suas alterações no pós-64, o papel das empresas médicas e dos serviços médicos que as grandes unidades fabris distribuem aos seus empregados através de convênios com o INPS. São escassos ainda os resultados obtidos, mas sua influência e importância crescente podem ser reparados na revista *Saúde em Debate*, centrada nessas questões, e nos trabalhos de J. Malloy (1976), de Maria Cecília Donângelo (1975, 1976), de Gentile de Mello (1977), de Jaime de O. Araújo (1977), os três últimos médicos.

Sobre os assalariados agrícolas, os estudos de Maria Dinco e Mello (1975) e J. Leite Lopes (1976) este último numa perspectiva antropológica, consistem em mais dois bons exemplos do espaço já adquirido pela corrente que se define em favor da inclusão do seu objeto na história da formação do capitalismo.

Exprimindo o que parece se comportar como uma tendência afirmativa, constata-se que a maior parte das investigações em curso tem construído suas hipóteses a partir dessa realidade, considerando o movimento e a oposição das classes sociais, os diferentes formatos assumidos pelo Estado e pelo sistema institucional-legal. Nota-se também que o nível de generalização reivindicado não tem inibido o estímulo à produção de monografias e pesquisas em zonas definidas do seu espaço teórico. Ao contrário, têm motivado um número considerável de estudos empíricos, freqüentemente sobre microrrealidades, numa escala inédita, como se pode observar pelos que estão em andamento. Tendem a confluir, pois, a ciência política e a sociologia, porém, conforme a famosa anotação metodológica de Gramsci, esta agora é que faz de auxiliar daquela.

Esta detida e perseverante ida ao concreto, com o sentido de buscar confirmação para as diferentes teorias que procuram explicar nosso capitalismo, e revelar novos aspectos a serem integrados nas indagações pertinentes, tem favorecido a multiplicação de novas áreas, que hoje vão desde os sindicatos, o direito, os partidos políticos, a religião, a demografia, à saúde, ao urbanismo e aos assalariados agrícolas. Interessante é observar o caráter interdisciplinar de que se têm revestido muitas dessas pesquisas. Registre-se, entretanto, que mal começaram as investigações sobre o trabalho e a vida operária nas unidades fabris. Ritmo de trabalho, relações com o sindicato, com o departamento de pessoal da empresa, lazer, sistemas de interação horizontais e verticais etc. são temas que ainda fazem parte de um território a ser descoberto e explorado.

Bibliografia

- ANDRADE, Regis de Castro. *Movimento trabalhista e sindicatos sob o nacional-populismo no Brasil*. São Paulo, CEBRAP, mimeo, 1974.
- ARAOJO, Jaime de O. *Assistência médica na previdência social (1966-1977): hipótese de trabalho*. Mimeo, 1977.
- AROUCA, A. S. *O dilema preventista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva*. Tese de doutoramento à UNICAMP, mimeo, 1975.
- BACHA, Edmar et alii. *Encargos trabalhistas e absorção de mão-de-obra*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1972.
- BERNARDO, Antônio Carlos. *Legislação e sindicalismo: uma contribuição à análise da industrialização brasileira (1930-1945)*, lêse te doutoramento à FFCL de Assis, mimeo, 1973.
- BRANDT, Vinícius C. *Ouvriers et syndicats au Brésil*. *Sociologie du Travail*. Paris, n.º 3, 1977.
- CAMARGO, Cândido Procópio et alii. *São Paulo, 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo, Loyola, 1976.
- CARDOSO, Fernando Henrique. SINGER, Paul; CAMARGO, Cândido Procópio & KOWARICK, Lúcio. *Cultura e participação na cidade de São Paulo*. *Cadernos CEBRAP*, n.º 14, São Paulo, 1973.
- CRUZ, Maria Cecília. (Pesquisa em processo de elaboração), s.d.
- DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil - 1.ª ed.*. São Paulo, Alfa Ômega, 1977.
- DIEESE. *O Fundo de Garantia e seu impacto no mercado de trabalho*. São Paulo, mimeo, 1977.
- D'INCAO E MELLO, M. C. *O bóia-fria: acumulação e miséria*, 1.ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.
- DONANGELO, M. C. *Medicina e sociedade: o médico e seu mercado de trabalho*. São Paulo, Pioneira, 1975.
- _____. *Saúde e sociedade*. São Paulo, Duas Cidades, 1976.
- DULLES, F. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.
- ERICKSON, K. *Labor in the political process in Brazil: corporatism in a modernizing society*. Michigan, Univ. Microfilms, A Xerox Company, Ann Arbor, 1971.
- ERICKSON, K.; PEPE, P. & SPALDING, H. *Research on the working class in Argentina, Brazil and Chile: what is left to be done*. New York, mimeo, 1972.
- FAUSTO, Boris. *Conflito social na república oligárquica: a greve de 1917*. *Estudos CEBRAP*, n.º 10, 1974.
- _____. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo, Difel, 1976.
- FERRANTE, Vera Botta. *Emprego e estabilidade: o trabalhador urbano em Araraquara*. Tese de doutoramento ao Departamento de Ciências Humanas da FFCL de Araraquara, mimeo, 1973.
- FISLOW, Albert. *Brazilian size distribution of income*. *American Economic Review*, n.º 62, 1972.
- GENTILE DE MELLO, C. *Saúde e assistência médica no Brasil*. São Paulo, Cebes/Hucitec, 1977.
- HALL, Michael. *The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914*. Tulane University, mimeo, 1971.
- HARDING, T. *The political history of organized labor in Brazil*. Michigan, Univ. Microfilms, A Xerox Company, Ann Arbor, 1973.
- HOFFMAN, R. & DUARTE, J. C. *A distribuição de renda no Brasil*. *Revista de Administração de Empresas*, n.º 12, 1972.

- LAS CASAS, Roberto. *Formation et comportement du proletariat au Brésil*. Paris, mimeo, 1969.
- LEITE LOPES, S. *O vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Evolução dos preços e padrões de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930. Resultados Preliminares. *Revista Brasileira de Economia*, vol. 25, n.º 4, 1971.
- LOPES, Juarez Brandão. O ajustamento do trabalhador à indústria; mobilidade social e motivação. *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo, Difel, 1971.
- MALLOY, James M. A política de previdência social: participação e paternalismo. *Dados* n.º 13. Rio de Janeiro, 1976.
- MARANHÃO, Ricardo. *Operários, partido e organização de base*. São Paulo, Cedec, mimeo, 1977.
- MARTINS, Carlos Estevam & ALMEIDA, Maria Herminia de. *Modus in Rebus: partidos e classes na queda do Estado Novo*, São Paulo, mimeo, s.d.
- MOISÉS, J. Álvaro. *A greve dos 300 mil e as comissões de empresa*. São Paulo, Cedec, mimeo, 1977.
- _____. & MARTINEZ-ALIER, Verena. A revolta dos suburbanos, ou patrão o trem atrasou. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. São Paulo, Cedec/Paz e Terra, 1977.
- MUNHOZ, Fábio. *Sindicalismo e democracia! populista: a greve de 1957*. São Paulo, Cedec, mimeo, 1977.
- NUN, J. Marginalidad y participación social. Santiago, FLACSO, mimeo, s.d.
- ODONNELL, Guillermo. O corporativismo e a questão do Estado. *Cadernos do DCP*. n.º 3, Belo Horizonte, 1976.
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos CEBRAP*, n.º 2, São Paulo, 1972.
- PEREIRA, Asrogildo. *Formação do PCB*. Rio de Janeiro, Vitória, 1962a.
- _____. Silvério Fontes: pioneiro do marxismo no Brasil. *Estudos Sociais*, São Paulo, 1962b.
- OUIJANO, Aníbal. *Redefinición de la dependência y proceso en America Latina*. Santiago, mimeo, 1970.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *ConjUto industrial e sindicalismo no Bra.sil*. São Paulo, Difel, 1966.
- _____. *industrialização e atitudes operárias*. São Paulo, Difel, 1970.
- _____. O sindicalismo e os trabalhadores industriais no Brasil. *Cadernos*, n.º 4, São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1971.
- _____. & MUNHOZ, Fábio. Bibliografia sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil. *Estudos CEBRAP*, n.º 7, São Paulo, 1974.
- ROWLAND, Robert. Classe operária e estado de compromisso. *Estudos CEBRAP*. n.º 8, São Paulo, 1974.
- SANTOS, Roberto. *Leis sociais e custo de mão-de-obra no Brasil*. São Paulo, Editora LTR, 1973.
- SARTI, Ingrid. *Estiva e política: estudo de caso no porto de Santos*. Tese de mestrado à FFLCH, USP, mimeo, 1973.
- SCHMITTER, P. *Interest conflict and political change in Brazil*. Stanford, Stanford University Press, 1971.
- SINGER, Paul & CARDOSO, Fernando Henrique. A cidade e o campo. *Cadernos CEBRAP*, n.º 7, São Paulo, 1972.

- STOFFELS, Marie Ghislaine. *Os mendigos na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- TROYANO, Anés. *Estado e sindicalismo: o caso dos trabalhadores nas indústrias químicas e farmacêuticas de São Paulo*. Tese de mestrado à FFLCH, USP, mimeo, 1977.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Sindicato e liberalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- WIFFORT, Francisco. *Dejémonos de farsas inúteis*. São Paulo, mimeo, s.d.
- _____. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra). *Estudos CEBRAP*, n.º 4, São Paulo, 1973.

Lúcia Lippi Oliveira

A Revolução de 30 tem sido constantemente reavaliada pelos analistas de política brasileira. Seja para enfatizar a transformação ocorrida na sociedade e no Estado brasileiros após a ascensão ao poder do novo grupo político, seja para descaracterizar a ruptura tradicionalmente apontada após 1930, o tema sempre volta à ordem do dia.

Não, nesta resenha bibliográfica, tornamos nos textos da época, para apresentar a Revolução tal como foi vista por seus contemporâneos.

Para compor a presente resenha bibliográfica, procedemos à seleção de algumas obras que nos permitiram abordar os principais temas do debate intelectual da época. Destacamos, em primeiro lugar, as interpretações que valorizam os principais atores da luta política. Os aliancistas e os revolucionários, os Estados, os militares e tenentes formam o quadro dos prin-

A resenha publicada no BSB n. 4, em 1978.

Esta resenha bibliográfica foi elaborada tomando por base o trabalho dos pesquisadores Celina Whately e Eduardo R. Gomes, do Projeto Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Em sua versão original, o trabalho compreende cerca de 160 títulos, abrangendo a maior parte dos livros científicos no tema editado entre 1929 e 1936. Esta Bibliografia, incluindo uma tripla de cada obra, está editada em livro em 1979.

Lúcia Lippi Oliveira é pesquisadora do "Projeto Brasileiro" do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas. Mestre em Ciências Políticas pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro.

ANPOCS **b i b**
Revista Brasileira de Informação
em Ciências Sociais

3